

JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PROCOTOLO: SAP 1000000056

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto básico para implantação do terminal de recepção de passageiros de navios de cruzeiro”

Impugnante: ECONOMICA ENGENHARIA E OBRAS LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 72.544.711/0001-38.

Nos termos do item 8 e seguintes da LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 56/2024 SAP Nº 1000000056, foi recebida a presente impugnação apresentada pela Empresa **ECONOMICA ENGENHARIA E OBRAS LTDA – EPP.**

Preliminarmente, cumpre destacar que em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação e tempestividade, conforme fazem prova os documentos acostados ao presente Processo de Licitação, uma vez que a impugnação da interessada foi encaminhada em 26 de junho de 2024, portanto, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis antes da abertura da sessão nos termos do item 8.1.1 do Edital.



The screenshot shows an email interface. The header includes the date '26/06/2024' and the subject 'Pedido de Impugnação 004'. The email body contains the following information:

- Assunto: Impugnação
- De: "Economica Engenharia e Obras Ltda." <economicaengenharia@gmail.com>
- Para: "CPLC - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina" <cplc@portosparana.gov.br>
- Data: 26/06/2024 11:05
- Assunto: Pedido de Impugnação EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA - LE SAP Nº 56/2024 ID 104.81.25 SAP Nº 1000000056
- Assunto: Impugnação 004

Below the email header, there is a section titled 'Procurador:' followed by the text: 'Conforme rege o edital, envio em anexo a Impugnação do EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA - LE SAP Nº 56/2024 ID 104.81.25 SAP Nº 1000000056.' Below this, there is a section titled 'Favor confirmar o recebimento.' followed by the signature of 'Luis Fernando, Assistente Administrativo' with the contact number '(35) 9 9268-2827'.

Em razão da natureza das alegações, este pregoeiro enviou à área técnica responsável a impugnação proposta, para a análise necessária.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

1. DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA IMPUGNANTE

3. EXIGÊNCIAS ABUSIVAS. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO PARA EXIGÊNCIA DE ACERVO DE PROJETOS PORTUÁRIOS.

No presente caso, extrapolando a finalidade contida na lei, o edital previu exigências abusivas, tais como as previstas no item “16.4. Habilitação Técnica/Visita Técnica”, subitem “16.4.1. Capacidade Técnico Operacional”, alínea “b”, no qual exige-se, para comprovação de Capacidade Técnica Operacional, que a empresa licitante apresente 01 atestado técnico, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante tenha executado satisfatoriamente serviços com características semelhantes ao objeto licitado. Na sequência, determina-se que “Entende-se por **características semelhantes ao objeto licitado os seguintes itens** e quantitativos mínimos”:

Tabela 2: Atestados técnicos da licitante.

Atestados Técnicos	Qtde Mínima
Coordenação ou Gerenciamento de projeto portuário em BIM	6.000,00 m²
Desenvolvimento de projeto portuário em BIM	6.000,00 m²

Tal qualificação desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado, conduzindo à restrição ilegal da licitação.

Em primeiro lugar, este acervo de projeto portuário não foi exigido para qualificação técnico profissional, uma vez que no item 16.4.2. Capacidade Técnico Profissional, exige-se que “os profissionais indicados pela empresa licitante para comporem a Equipe Técnica deverão comprovar que possuem experiência na execução de obras similares às do objeto deste Edital. Logo, deverá ser apresentado, no mínimo, **01 (um) Atestado Técnico com Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, devidamente certificado pelo CREA, **com características semelhantes ao objeto licitado**. Segundo o edital, **entende-se como características semelhantes ao objeto licitado, os seguintes itens** e quantitativos mínimos, por titulação:

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

Tabela 3: Certidões de Acervo Técnico dos profissionais indicados pela proponente.

Título Profissional	Certidões de Acervo Técnico (CATs)	Qtd. Mínima
Engenheiro(a) Civil	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto arquitetônico de obra pública em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Civil	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto estrutural de obra pública em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Civil	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto hidrossanitário de obra pública em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Eletricista	Coordenação, gerenciamento ou execução de projeto elétrico de obra pública em BIM	6.000,00 m²

Dessa maneira, observa-se que não há necessidade de exigir acervo de projetos portuários na capacidade técnico-operacional, uma vez que tal exigência não é prevista na qualificação técnico-profissional.

A Administração deve decidir se exclui o requisito portuário para qualificação técnico-operacional ou se passa a exigí-lo para qualificação técnico-operacional e profissional, com as devidas justificativas técnicas, pois não faz sentido a empresa ter a qualificação técnica se o profissional que vai executar os serviços não a possui.

Muitas vezes, exige-se uma qualificação superior na capacidade técnico-profissional, permitindo a contratação de profissionais com a qualificação exigida, de modo que não seja restringida a participação de uma empresa licitante que não possui capacitação operacional naquela área específica. Mas o inverso não tem sentido.

Em segundo lugar, para este objeto a ser licitado, é fundamental distinguir os itens que exigem qualificações específicas. No caso concreto, não será projetado um porto, pois o porto já existe. Assim será projetado uma EDIFICAÇÃO PÚBLICA dentro de um porto, motivo pelo qual é importante esclarecer o que distingue um projeto portuário de um projeto de obra pública comum.

No caso de uma **edificação dentro de um porto**, é necessário que a Administração indique as especificações técnicas que são exclusivas do contexto portuário. Os projetos de um porto envolvem diversas particularidades, mas os projetos de um prédio dentro do porto necessitam das mesmas exigências de quaisquer outros projetos de edificações em outro contexto.

Ou seja, não há excepcionalidade na edificação portuária em comparação com outras edificações públicas. A exigência de acervo de projetos portuários, assim, não faz sentido.

Essa exigência de qualificação técnico-operacional acaba **restringindo** o número de licitantes **com experiência em projetos semelhantes ao objeto licitado**, impedindo a participação de um universo maior de competidores, ao exigir atestados de capacidade técnica com exigências exorbitantes

De outro lado, como sabido, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica/jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva. No caso concreto, não ficou

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

CPLC

claro no edital, porque da exigência de acervo de projetos portuários, uma vez que não consta como objeto a elaboração de projetos portuários e sim projeto de obra civil num porto. Não consta especificações técnicas que são exclusivas do contexto portuário.

Assim, tais exigências desbordam do mínimo razoável admitido pela legislação, doutrina e ampla jurisprudência acerca da matéria, devendo ser retiradas.

A apresentação de atestado de capacidade técnica tem a finalidade de demonstrar que o licitante detém experiência mínima necessária para garantir o cumprimento do objeto contratual.

Desse modo, a exigência editalícia indica um direcionamento injustificado a poucas empresas que já dominam o mercado e, por isso mesmo, ilegal, contrariando orientações dos Tribunais:

*MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS NO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA. ILEGALIDADES NO EDITAL. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. A exigência, no edital, de comprovação técnica na prestação de serviços funerários em município com mais de 200 mil habitantes, é manifestamente ilegal, pois os serviços seriam concedidos a 06 (seis) empresas, as quais caberia, portanto, executar um sexto do contrato, sendo **exagerado e abusivo** condicionar a participação dos licitantes a prova de capacitação técnica correspondente a totalidade da população do município. Segundo Marçal Justen Filho, há enorme risco de que a exigência de certificação ISO represente uma indevida restrição ao direito de participar da licitação, pois nenhuma lei condiciona o exercício de alguma atividade à sua obtenção. (TJSC, Apelação / Reexame Necessário n. 0304479-98.2016.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Ronei Danielli, Terceira Câmara de Direito Público, j. 22-05-2018, #73548860)*

Para fins de restringir a competitividade, deve a Administração Pública disponibilizar justificativa formal e bastante no processo administrativo. Ocorre que não há nenhuma justificativa técnica, carecendo o processo da devida motivação necessária.

Tal exigência, destituída de qualquer justificativa técnica, contraria, assim, a expressa vedação da Lei 14.133/21:

Art. 67 (...) § 1ª exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

Sendo assim, afigura-se viciado o edital em análise, ultrajando os preceitos licitatórios da legalidade, da amplitude na participação, finalidade e na razoabilidade, bem como todos seus corolários, devendo ser revisto.

4. DOS PEDIDOS:

Diante de todo o exposto, REQUER-se:

- a) A suspensão do processo licitatório até que as correções necessárias sejam realizadas no edital, a fim de assegurar que todos os licitantes tenham igual oportunidade de participação e que as exigências estejam alinhadas com as necessidades reais do projeto;
- b) a exclusão da exigência de apresentação de acervo de projetos portuários na

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

Capacidade Técnico-Operacional, conforme item 16.4.1, alínea “b”, uma vez que, por se tratar de projeto de edificação, tal requisito desborda do mínimo necessário para o cumprimento do objeto licitado e conduz à restrição ilegal da licitação.

- c) que a Administração decida se a qualificação técnico-operacional deve ser exigida tanto para a empresa quanto para os profissionais, com devidas justificativas técnicas, ou se deve ser excluída para ambos, uma vez que a exigência de acervo de projetos portuários não é prevista na qualificação técnico-profissional, conforme item 16.4.2.
- d) Alternativamente, caso a Administração entenda que deve ser exigido acervo de projeto portuário, requer-se que seja apresentada uma justificativa técnica detalhada que demonstre a necessidade específica dessa exigência para o cumprimento do objeto licitado.

2. DA ANÁLISE TÉCNICA

Por tratar-se exclusivamente de questões técnicas, assim se manifestou o setor requisitante:

Informamos que, durante o processo licitatório nº100000056/24, fora recebido um pedido de impugnação pela empresa Econômica Engenharia e Obras LTDA no dia 26/06/2024, o qual questionou a necessidade de comprovação de experiência em projetos portuários para habilitação da licitante, e também do motivo de exigir tal experiência somente na capacitação técnica operacional da empresa e não na capacitação técnica profissional.

Após análise, verificou-se a pertinência de atender parcialmente o pedido, o qual visa promover a isonomia do processo licitatório e garantir uma competição abrangente, alterando-se os seguintes itens do Termo de Referência:

1. Item 15. HABILITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL

Fora incluído um maior detalhamento da motivação de exigir experiência em projetos portuários para habilitação técnica da licitante, uma vez que questionado no pedido de impugnação pela empresa Econômica Engenharia e Obras LTDA.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

15. HABILITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL E PROFISSIONAL

Uma vez que diretrizes específicas para Terminais de Cruzeiros, publicadas pela Associação Mundial para a Infraestrutura de Transportes Aquaviários, deverão balizar a elaboração do projeto (e.g. *PIANC Report 152-2016*), requer-se que a LICITANTE apresente acervo comprovando sua expertise em projetos portuários.

Essa exigência também é reforçada pelo fato de uma instalação portuária, como o caso do Terminal de Cruzeiros, ser caracterizado como um recinto alfandegário, regras específicas devem ser seguidas em fase de projeto, como o ISPS Code (Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias) e *ILO/IMO Code of Practice on Security in Ports*.

Caso a experiência em projetos portuários como critério de habilitação para a licitação não fosse exigida, haveria o risco de subdimensionamento do terminal e suas áreas.

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143

www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: [portosdoparana](#) / Instagram: [@portos_parana](#)



operacionais, resultando em um projeto inadequado e desatualizado para atender às demandas do mercado de navios de cruzeiro. Além disso, poderia comprometer a segurança de passageiros, tripulantes, autoridades e demais usuários do empreendimento.

Adicionalmente, visando a ampla concorrência do processo licitatório, a comprovação da licitante em projetos portuários poderá ocorrer tanto na sua capacitação técnica-operacional (empresa), quanto na capacitação técnica-profissional (engenheiro ou engenheira) (concomitantemente ou alternativamente), conforme destacado nos subitens 15.1 e 15.2.

2. Item 15.1 CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

Neste item em questão se atualizou a Tabela 2, mantendo a exigência em projetos portuários, porém de maneira facultativa, caso o item seja atendido na capacitação técnica profissional da licitante, corroborando a isonomia do processo e garantindo uma competição abrangente.

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

Tabela 2: Atestados técnicos da licitante.

Atestados Técnicos	Qtde Mínima
Coordenação ou gerenciamento de projeto em BIM	6.000,00 m²
Execução de projeto em BIM	6.000,00 m²
Coordenação ou gerenciamento ou execução de projeto portuário*	6.000,00 m²*

(*) caso a experiência em projetos portuários seja comprovada na capacitação técnica-profissional (Tabela 3), este não será exigido na capacitação técnica-operacional da empresa.

3. Item 15.2 CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

De maneira análoga à capacidade técnica operacional, alterou-se também a Tabela 3, incluindo a exigência de comprovação de experiência em projeto portuário também na capacitação técnica profissional, todavia mantendo-se facultativa, caso esta experiência seja comprovada na capacidade técnica operacional da empresa. Também se retirou a necessidade de comprovação de acervo em “obras públicas” para os profissionais.

Tabela 3: Certidões de Acervo Técnico dos profissionais indicados pela proponente.

Título Profissional	Certidões de Acervo Técnico (CATs)	Qtde Mínima
Engenheiro(a) Civil	Coordenação ou gerenciamento ou execução de projeto arquitetônico em BIM	6.000,00 m²

Avenida Ayrton Senna da Silva, 161 | D. Pedro II | Paranaguá/PR | CEP 83203-800 | 41 3420.1143
www.portosdoparana.com.br / LinkedIn: portosdoparana / Instagram: @portos_parana

**ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA****DIRETORIA DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO**

Engenheiro(a) Civil	Coordenação ou gerenciamento ou execução de projeto estrutural em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Civil	Coordenação ou gerenciamento ou execução de projeto hidrossanitário em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Eletricista	Coordenação ou gerenciamento ou execução de projeto elétrico em BIM	6.000,00 m²
Engenheiro(a) Civil ou Eletricista	Coordenação ou gerenciamento ou execução de projeto portuário*	6.000,00m²*

(*) caso a experiência em projetos portuários seja comprovada na capacitação técnica-operacional da empresa (Tabela 2), este não será exigido na capacitação técnica-profissional.

Cumprir destacar que as alterações no Termo de Referência não impactaram financeiramente o projeto, permanecendo o valor da obra já informado anteriormente.

Logo, encaminhamos a documentação técnica atualizada e seus anexos, referente a “contratação de empresa especializada para a elaboração de projeto básico para implantação do terminal de recepção de passageiros de navios de cruzeiro”

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA
CPLC

3. DA DECISÃO

Importa destacar que a ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA, por tratar-se de empresa pública (estatal), é regida pela lei nº 13.303/2016 e seu REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS (RILC), **não** estando sujeita às regras da Lei nº 8.666/1993 ou lei nº 14.133/2021, leis gerais que regem as licitações e contratações públicas.

Destaca-se que a área técnica responsável, ao analisar os apontamentos feitos pela ora impugnante, acatou o pedido de impugnação.

Assim, em face das razões expendidas acima, sem nada mais evocar, conheço das impugnações e **DOU PROVIMENTO PARCIAL**, para o fim de promover a republicação do certame.

Paranaguá, 02 de julho de 2024.

Angelo Geraldo Bochenek

Pregoeiro e Coordenador de licitações.